
A PORBASE e as Bibliotecas Públicas

MARIA INÊS LOPES

Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro

MESMO para quem não esteja completamente por dentro da problemática da biblioteca pública é fácil reconhecer que as suas motivações e objectivos estão hoje bem longe da perspectiva que dela se tinha há três ou quatro décadas.

Tanto o contexto como o campo de acção da biblioteca pública são actualmente mais diversificados e complexos, reflectindo mudanças que se foram verificando quer nas estruturas políticas e económicas quer na realidade social inerente. Essas mudanças fizeram emergir preocupações políticas por fenómenos sociais do âmbito dos valores da cidadania e da promoção cultural do indivíduo e da sociedade, preocupações essas expressas em linhas de acção — mais ou menos claramente definidas pelos governos — como a promoção da leitura e o combate ao analfabetismo e iletrismo, numa perspectiva nova que ultrapassa largamente o âmbito circunscrito de campanhas de educação de adultos ou de alfabetização. Essas novas linhas de acção vieram corresponder também a orientações que já eram reclamadas por sectores profissionais e desejadas por instâncias locais.

A biblioteca pública, considerada como instrumento fundamental — e primordial — dessas linhas de acção, viu-se pois decisivamente valorizada, por um lado, mas também confrontada com novas e mais profundas exigências, por outro.

A nível dos princípios, essa valorização era já defendida pelo Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas, na sua primeira versão, em 1949. Os termos dessa valorização foram reafirmados — e actualizados — na

segunda edição do Manifesto, em 1972, e estão hoje novamente na ordem do dia, aguardando-se para breve uma nova versão desse documento fundamental que estabelece as linhas de força segundo as quais deve ser encarada, promovida e gerida a realidade actual da biblioteca pública.

Para além da declaração de princípios/funções, destacamos no âmbito do Manifesto a necessidade de, no domínio dos métodos e meios, a biblioteca pública dever ser considerada, localmente, como a porta de acesso, por excelência, do cidadão ao sistema nacional de bibliotecas. Para isso a biblioteca pública tem hoje forçosamente que fazer uso das redes e serviços de informação já disponíveis e, se possível, neles participar activamente. Como veremos adiante este é um pressuposto fundamental a ter em conta no contexto do tema em discussão — PORBASE e bibliotecas públicas — não apenas por uma questão de princípio mas também porque hoje, mais do que nunca, as capacidades tecnológicas disponíveis o facilitam.

Destacamos ainda a ênfase colocada na responsabilidade pública inerente à natureza deste tipo de biblioteca e seus serviços, sendo que no processo em curso de revisão do Manifesto um dos aspectos que tem sido discutido é a necessidade de se reforçar o apelo às autoridades competentes para que assumam as suas responsabilidades neste domínio.

Essas responsabilidades, como veremos, não passam apenas pelo suporte legislativo e financeiro, mas também por um planeamento do sector das bibliotecas públicas em articulação com as estratégias de outros sectores relacionados, sejam elas definidas oficialmente por instâncias políticas ou existam porque se impuseram de facto.

O lançamento, em 1987, do Programa de Criação de uma Rede de Bibliotecas Municipais de Leitura Pública em Portugal correspondeu a preocupações que exigiam a definição das bases de uma política de leitura pública a nível nacional. A situação então existente no País — de enorme escassez e irregularidade de distribuição das estruturas locais de acesso à informação por parte dos cidadãos — terá determinado a orientação primordial do Programa que, por isso mesmo, se centra primeiramente num esforço conjunto com as autarquias para a instalação — ou reinstalação — de bibliotecas municipais.

Mas a criação ou recriação de bibliotecas públicas não termina com essa instalação, nem com ela termina o Programa. Para lá dos requisitos logísticos e de património bibliográfico adequados, a criação da biblioteca pública prolonga-se naturalmente nos aspectos de apetrechamento que a podem pôr efectivamente a funcionar: recursos humanos profissionalmente habilitados, recursos tecnológicos adequados às exigências actuais e

implementação de estratégias que permitam racionalizar os meios e otimizar e diversificar a prestação de serviços.

É precisamente a este nível que entendemos a relação entre a PORBASE e as bibliotecas públicas, relação essa que não deve ser encarada como unilateral. Se na prossecução dos objectivos das bibliotecas públicas a Base Nacional de Dados Bibliográficos pode e deve ter um papel fundamental, também não é menos verdade que as bibliotecas públicas são um factor importantíssimo para que a PORBASE alcance os seus próprios objectivos: facilitar o acesso à informação e rentabilizar os recursos em informação disponíveis no País.

Desde o lançamento da PORBASE que as bibliotecas públicas não têm estado alheias ao processo de desenvolvimento da Base Nacional de Dados Bibliográficos, às suas vantagens e aos seus requisitos. No entanto, dado o peso que assume a Rede de Leitura Pública, é sobretudo a partir da fase de instalação das bibliotecas da Rede que se torna fundamental dinamizar de forma coordenada a sua relação com a PORBASE no sentido de viabilizar a cooperação ou, pelo menos, de racionalizar esforços.

As bibliotecas e o desenvolvimento da PORBASE: breve retrospectiva

Ao mesmo tempo que se lançava o Programa de Rede de Leitura Pública surgia o projecto de automatização da Biblioteca Nacional, logo extravazando a Instituição para se tornar no Catálogo Colectivo em Linha das Bibliotecas Portuguesas.

A PORBASE surgia como resposta inadiável ao desafio da mudança tecnológica e essa resposta foi também assumida por outras bibliotecas, nomeadamente bibliotecas públicas.

Entre as adesões da primeira hora registe-se o caso da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP)¹. Embora se trate de um caso especial que não reflecte o perfil comum das bibliotecas públicas — por ter mais de 150 anos de História e um dos maiores e mais valiosos acervos bibliográficos do País — também por isso mesmo a sua adesão se revestiu de significado notório, tão notório quanto os benefícios que a sua ligação à PORBASE pode proporcionar a uma população de utilizadores tão alargada — em número e tipologia — como a que é servida pela BPMP².

Na mesma data em que era publicamente inaugurada a Base Nacional de Dados Bibliográficos, em 1988, celebravam-se outros dois acordos de cooperação com bibliotecas públicas, desta vez com as câmaras municipais de Oeiras e Cascais. Ainda nesse ano se iniciaram também as diligências

necessárias para a informatização das principais bibliotecas da Câmara Municipal de Lisboa — nomeadamente da Biblioteca Central e Hemeroteca — em convergência com o Projecto PORBASE.

Em todas estas bibliotecas e, mais tarde, na Biblioteca Pública de Vila Nova de Gaia, a adesão à PORBASE veio a consumir ligações permanentes ao sistema central Geac que a suporta, proporcionando às populações servidas por essas bibliotecas um serviço constante de acesso à Base Nacional de Dados Bibliográficos, por um lado, e viabilizando um maior intercâmbio de informação e incremento da cooperação técnica, por outro.

Outras bibliotecas públicas que assumiram o estatuto de cooperantes da PORBASE, mas que optaram por fazê-lo em diferido, são os casos do Gabinete de Estudos Olissiponenses (1990), da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo (1993), da Biblioteca da Câmara Municipal de S. João da Madeira (1993) e da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal (1993), relativamente à qual se está actualmente a estudar a possibilidade de uma ligação permanente.

Este é, aliás, um aspecto relevante no grupo das bibliotecas públicas: apesar de ser um dos grupos de menor dimensão na comunidade de cooperantes é aquele que apresenta maior percentagem de ligações permanentes à PORBASE.

Este facto terá certamente a ver com opções técnicas, mas revela também que se trata de bibliotecas com recursos humanos profissionalizados, com uma população de utilizadores que o justifica e, finalmente, com meios suficientes para suportar os respectivos custos de comunicações, tudo isto factores que, no seu conjunto, não se reúnem facilmente no comum das bibliotecas públicas espalhadas pelo País.

Apesar deste aspecto, e decorridos mais de seis anos sobre a inauguração da PORBASE, o sector das bibliotecas públicas continua a ser um dos menores da comunidade de cooperantes, e que menor volume de informação transacciona para a PORBASE³.

Para interpretar esta constatação diremos, em primeiro lugar, que os números devem ser entendidos no seu valor relativo, isto é, que o conjunto de bibliotecas públicas existentes no País tem uma dimensão muito inferior⁴ relativamente ao das bibliotecas do ensino superior, ou das bibliotecas especializadas do sector público, grupos estes com maior peso na PORBASE.

Mas essa dimensão não decorre apenas da circunstância de Portugal ser um país pequeno. Dada a sua própria natureza e o ritmo de desenvolvimento do País, as bibliotecas públicas têm tido contra si o facto de não constituírem factores determinantes do sucesso de realidades mais objecti-

vas, como acontece nas estruturas do ensino e investigação ou da Administração.

Assim, a biblioteca pública tem visto a sua existência e as condições básicas da sua operacionalidade — em termos de recursos humanos, bibliográficos e de equipamento — sujeitas aos condicionalismos mais diversos e, em regra, mais constrangedores, do que em qualquer outro sector de bibliotecas. De facto, e excluindo o caso das principais cidades do País — em que as consequências sociais e culturais do desenvolvimento urbano mais cedo impuseram a necessidade dos serviços da biblioteca pública — na maior parte dos municípios o grau de prioridade da biblioteca pública tem sido afectado por outras necessidades e interesses locais, que reduzem a sua viabilidade. O combate a esta situação é, aliás, uma das razões de ser do Programa de Criação de uma Rede de Leitura Pública.

Mas, se por um lado reconhecemos que a realidade das bibliotecas públicas ainda não se reflecte significativamente na PORBASE, não há dúvida, por outro, de que o resultado das actividades da PORBASE tem vindo progressivamente a reflectir-se na evolução dessas mesmas bibliotecas.

Da comunidade de utilizadores do CDS/ISIS e da parametrização PORBASE as bibliotecas públicas não deixam de ser parte significativa⁵. Por esse facto, é cada vez maior o número de bibliotecas públicas que se integram no vasto grupo de bibliotecas portuguesas que comunga os mesmos princípios, normas e instrumentos de trabalho, e que vêm assim melhorada a qualidade e a compatibilidade, sobre a qual a inovação dos serviços e a partilha de recursos pode assentar.

O mesmo se verifica relativamente a todas as outras vertentes de actividade que, no contexto da PORBASE, se desenvolvem paralelamente ao Catálogo Colectivo. É o caso das actividades de formação, consultoria e apoio técnico⁶ e da difusão de produtos bibliográficos legíveis por computador⁷. Independentemente da participação ou não no Catálogo Colectivo, qualquer biblioteca portuguesa pode recorrer a esta estrutura de serviços e as bibliotecas públicas não têm sido excepção.

A PORBASE e o desenvolvimento das bibliotecas públicas: que perspectivas

Mais do que estabelecer previsões sobre o ritmo de novas adesões de bibliotecas públicas à Base Nacional de Dados Bibliográficos enquanto Catálogo Colectivo, devemos antes realçar as perspectivas que hoje se podem ter do relacionamento dessas bibliotecas com a PORBASE enquanto

estrutura de serviços, nomeadamente como serviço nacional de utilidade bibliográfica, como agência bibliográfica nacional e como realidade normativa.

Embora a adesão à PORBASE seja uma opção relevante para qualquer tipo de biblioteca, e todas as bibliotecas sejam importantes para a PORBASE, pensamos que no sector das bibliotecas públicas pesará mais a sua posição de utilizadoras dos serviços e da informação da Base Nacional de Dados Bibliográficos do que a sua contribuição como cooperantes.

De facto, à excepção das bibliotecas de maior dimensão e das que encerram colecções históricas, a natureza dos fundos das bibliotecas públicas não é de molde a ser indispensável no catálogo colectivo nacional. Isto porque, em geral, esses fundos são constituídos essencialmente por bibliografia portuguesa que normalmente já está referenciada na PORBASE, integrando localizações diversas para além da Biblioteca Nacional, o que torna essa bibliografia facilmente acessível em qualquer ponto do País.

Em contrapartida, a utilização do acesso à Base Nacional de Dados Bibliográficos nas bibliotecas públicas contribui decisivamente para enriquecer a sua prestação junto dos utilizadores, alargando-lhes os horizontes de pesquisa para além dos recursos locais e potenciando a melhoria de serviços, como por exemplo através do tão fundamental empréstimo inter-bibliotecas.

Por outro lado, e a nível de rentabilização dos recursos humanos, o sector das bibliotecas públicas está entre aqueles que maior proveito pode tirar da reutilização de registos da PORBASE nas suas bases de dados locais, quer por ser um dos sectores com maiores carências de pessoal profissionalizado, quer porque as suas aquisições correntes que se centram sobretudo na bibliografia portuguesa, cujos registos a PORBASE disponibiliza com carácter sistemático.

As perspectivas de relacionamento das bibliotecas públicas com a PORBASE, nesses e noutros aspectos, apresentam-se cada vez mais promissoras porque para uma boa parte dessas bibliotecas — pelo menos das que fazem parte da Rede de Leitura Pública — a estratégia de informatização em curso passa pela PORBASE, seja qual for a opção para cada tipo de biblioteca.

No âmbito do apoio à informatização das bibliotecas da Rede estão neste momento consignados dois tipos principais de soluções, a aplicar consoante o porte das mesmas⁸.

Para as bibliotecas de maior porte será apoiada a aquisição de sistemas integrados que funcionarão em ligação directa com a PORBASE, fazendo uso de protocolos de comunicação avançados.

As bibliotecas onde forem instalados esses sistemas passarão a dispor — paralelamente à tecnologia de gestão integrada das funções locais — das capacidades tecnológicas necessárias quer para a pesquisa na PORBASE, quer para a adição das suas cotas aos registos nela existentes, quer ainda para a selecção de registos com vista a *downloading* e transferência automática entre os dois sistemas.

Actualmente estão a ser já instalados os nove primeiros sistemas locais com essas capacidades. Ao mesmo tempo está a ser implementado no sistema central GEAC que suporta a PORBASE um frontal de comunicações que — entre outras assinaláveis vantagens que não cabe aqui referir — viabilizará uma melhor exploração da tecnologia adquirida por essas bibliotecas, potenciando a eficácia dos seus serviços e a optimização de recursos de uma forma até aqui inédita nas bibliotecas portuguesas.

Para essas bibliotecas estarão criadas as melhores condições quer para utilizar e difundir a informação disponível na PORBASE, quer para cooperar no Catálogo Colectivo.

Para as bibliotecas cujo porte não caiba nos padrões para os quais é adequada a solução que acabamos de mencionar, a opção de informatização baseia-se na parametrização PORBASE do CDS/ISIS e na reutilização de registos da Base Nacional de Dados Bibliográficos a fornecer em diferido, nomeadamente através das *Bases de Dados BIB*, que incluem os registos da Bibliografia Nacional Corrente.

Também neste caso estão actualmente a ser equipadas as primeiras 24 bibliotecas que para o efeito já obtiveram, também no âmbito da PORBASE, a necessária formação.

Ambas as soluções — aqui descritas sumariamente — têm subjacentes dois critérios fundamentais, que não é demais sublinhar:

- a conformidade com as normas implementadas a nível nacional por via da PORBASE, normas essas que são o garante da compatibilidade e portabilidade da informação, factores cruciais na partilha de recursos e na difusão de informação;
- a rentabilização da informação bibliográfica automatizada disponível na PORBASE, factor que pode ser decisivo na gestão local das unidades de informação, permitindo libertar os recursos humanos de parte das tarefas técnicas de processamento bibliográfico.

Se os factores compatibilidade e rentabilização de recursos, reforçados pela cooperação, são importantes para qualquer sector de bibliotecas, no caso das bibliotecas públicas esses factores são fundamentais.

Por um lado a modernização pelas novas tecnologias e a facilidade de um amplo acesso à informação, interna e externa à biblioteca pública, são condições indispensáveis para a criação de público e para a manutenção de hábitos de utilização dos serviços da biblioteca, nas respectivas comunidades locais.

Por outro lado, como realçámos na introdução, a filosofia actual da biblioteca pública requer estratégias de gestão que permitam aos seus técnicos a disponibilidade necessária para o desenvolvimento e aplicação de competências específicas — em matéria de animação cultural e colaboração com outros sectores — que saem do âmbito restrito das técnicas biblioteconómicas e passam ao campo da intervenção socio-cultural e do relacionamento inter-institucional.

A PORBASE tem de facto demonstrado potencialidades que favorecem a qualidade, diminuem os custos e estimulam o envolvimento das bibliotecas em novos projectos que as relacionam com o exterior: estabelece um quadro normativo de base apoiado por serviços de consultoria e suporte técnico, proporciona instrumentos de trabalho informatizado acessíveis a qualquer biblioteca, presta serviços de fornecimento de informação bibliográfica automatizada e promove todas as formas de trabalho que assentem na cooperação entre instituições.

Alguns exemplos existem, e são já conhecidos, de bibliotecas públicas em que esse nível de actuação, que sai fora das competências estritamente biblioteconómicas, foi favorecido pela informatização em convergência com a PORBASE. É por exemplo, o caso da Biblioteca Municipal de Oeiras, no seu projecto de *dinamização interactiva de bibliotecas municipais e escolares no concelho de Oeiras*⁹.

Um longo caminho foi já percorrido quer pela PORBASE quer pela Rede de Bibliotecas Públicas nos últimos anos e, aos resultados que hoje já são patentes em ambas as vertentes, começam a somar-se os resultados da convergência de acções que, desde o início, ambos preconizavam.

Como normalmente acontece, os progressos alcançados acabam por realçar, sempre com mais nitidez, aquilo que ainda está por fazer. No contexto da PORBASE, e face aos seus objectivos, ainda há, como haverá sempre, muito caminho a desbravar.

Mas, como também sempre temos defendido, é importante não perder de vista a necessidade de, ao mesmo tempo que se amadurecem novas estratégias organizativas e novas soluções tecnológicas, continuar a rentabilizar, sem compassos de espera, as estratégias e soluções que já provaram e que estão efectivamente disponíveis.

A convergência entre a PORBASE e as bibliotecas de leitura pública continua a ser, sem dúvida, um terreno propício para colocar em prática, com vantagens para ambas as partes, estes dois níveis de actuação.

Notas

¹ Acordo de Cooperação assinado entre a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Pública Municipal do Porto em 29 de Abril de 1987. Em Dezembro do ano seguinte concretizou-se a ligação permanente à PORBASE. Devido a factores de reestruturação interna, a catalogação em linha iniciou-se apenas em 1992.

² Com uma das maiores colecções do País, a BPMP é ao mesmo tempo uma biblioteca patrimonial e uma biblioteca pública beneficiária do Depósito Legal. Aberta 72,5 horas por semana, serve anualmente cerca de 90 000 leitores de todos os tipos.

³ As bibliotecas públicas constituem, actualmente, apenas 11,2% do total de bibliotecas cooperantes. A informação bibliográfica proveniente das bibliotecas públicas para alimentação do Catálogo Colectivo constitui uma percentagem reduzida do total recebido por cooperação, em cada ano: 0% em 1988, 5% em 1989, 13% em 1990, 9% em 1991, 1% em 1992 e 2% em 1993. Do total de registos de cooperantes recebidos de 1988 a 1993 apenas 4% são oriundos de bibliotecas públicas, correspondendo a cerca de 11 000 registos.

⁴ De acordo com as estatísticas oficiais (*Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1991/1992*. Lisboa, INE, 1993), o conjunto das bibliotecas públicas constitui pouco mais de 10% do total das bibliotecas portuguesas recenseadas, correspondendo a cerca de 65% do total de bibliotecas do ensino superior e a 47% do total de bibliotecas especializadas. Ainda segundo a mesma fonte, no total das bibliotecas públicas as aquisições anuais (1992) rondam as 145 000 unidades, de títulos novos de monografias, periódicos e documentos audiovisuais, o que dá uma média inferior a 1000 títulos/biblioteca. Em termos de população de utilizadores servidos (1992) a média que se pode inferir das estatísticas oficiais é de 2600 utilizadores/ano/biblioteca.

⁵ Do total de 640 utilizadores do CDS/ISIS actualmente existentes em Portugal, dos quais a quase totalidade utiliza também a parametrização PORBASE, 9% são bibliotecas públicas. Relativamente à última versão — PORBASE 4.0 — cuja distribuição se iniciou em Abril de 1993, e que já conta com 300 utilizadores, 10% são bibliotecas públicas.

⁶ Em 1993 o número de sessões de apoio técnico, prestadas no âmbito da PORBASE, localmente ou por telefone, foi de cerca de 1250, sendo que na maior parte dos casos (75%) esse apoio foi solicitado por instituições não cooperantes. Estimam-se em cerca de 15% os pedidos provenientes de bibliotecas públicas. No que respeita à formação, e reportando-nos apenas ao período de Janeiro de 1993 até ao momento (Setembro 1994), do total de 482 formandos abrangidos 186 eram oriundos de bibliotecas públicas.

⁷ Do total de bibliotecas portuguesas que já utilizam as Bases de Dados BIB (registos da Bibliografia Nacional Corrente em disquete) as bibliotecas públicas são, até ao momento, 32%.

⁸ No âmbito da Rede de Leitura Pública as bibliotecas são dimensionadas em várias categorias de acordo com um conjunto de factores que inclui o número de habitantes por concelho, as áreas de construção, o volume mínimo adequado do fundo documental e o quadro de pessoal técnico indispensável.

⁹ Projecto iniciado em 1992, com duas escolas piloto, que tem como objectivos estabelecer uma rede, coordenada pela Biblioteca Municipal e integrando as bibliotecas escolares do Concelho, para criação progressiva de um catálogo colectivo. A tónica deste projecto está na estra-

tégia de rentabilização de recursos materiais e humanos, nomeadamente através da oferta de serviços técnicos e de formação pela Biblioteca Municipal, e no esforço conjunto de todas as partes envolvidas em contribuir para a resolução das necessidades da população escolar em matéria de acesso à informação. Por via deste projecto foi introduzida a parametrização PORBASE nessas bibliotecas escolares, assim como foi junto delas promovido o acesso à Base Nacional de Dados Bibliográficos.

Bibliografia seleccionada

CABRAL, Maria Luísa

«The portuguese library system and the interlending policy: some remarks», *Liber Bulletin*, Paris, 1989 (34) p. 59-66.

CABRAL, Maria Luísa; LOPES, Maria Inês

«A modernização das bibliotecas portuguesas: cinco anos decisivos», *Cadernos BAD*, Lisboa (1) 1992, p. 17-33.

COSTA, Sílvio

A PORBASE em linha numa grande biblioteca pública: a experiência da BPMP. Comunicação apresentada às 6.^{as} Jornadas PORBASE, 13-15 Dezembro 1993.

KLINEC, Peter

Public responsibility for public library services concerning law, funding, staffing and networking. Comunicação apresentada a IFLA Pre-Conference Seminar «Revision of the UNESCO Public Library Manifesto'72», Guimarães, 17-20 Agosto 1994.

LOPES, Maria Inês

Desenvolvimento da Base de Dados e organização da cooperação. Comunicação apresentada às 6.^{as} Jornadas PORBASE, 13-15 Dezembro 1993.

LOPES, Maria Inês; GALVÃO, Rosa

A dinâmica da PORBASE face aos novos desafios tecnológicos e organizacionais. Comunicação apresentada ao 5.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Lisboa, 27-29 de Janeiro de 1994 (no prelo).

MACHADO, Luís; CARVALHO, Rui

Rede Informática de Leitura Pública (RILP). Comunicação apresentada às 6.^{as} Jornadas PORBASE, 13-15 Dezembro 1993.

MOURA, Maria José, coord.

Leitura pública: rede de Bibliotecas Municipais. Lisboa, SEC, Julho 1986.

NIEGAARD, Hellen

UNESCO's 1994 Public Library Manifesto. Comunicação apresentada a 60th IFLA General Conference, Havana, 21-27 Aug. 1994. (Booklet 3, p. 3-7).

REGEDOR, António

A experiência de utilização dos produtos PORBASE na organização duma biblioteca de leitura pública. Comunicação apresentada às 6.^{as} Jornadas PORBASE, 13-15 Dezembro 1993.

RUNKEL, Ana, et al.

Dinamização interactiva de bibliotecas municipais e escolares no Concelho de Oeiras. Comunicação apresentada às 6.^{as} Jornadas PORBASE, 13-15 Dezembro 1993.

THOMAS, Barbro

Public responsibility for public libraries. Comunicação apresentada a IFLA Pre-Conference Seminar «Revision of the UNESCO Public Library Manifesto'72», Guimarães, 17-20 Agosto 1994.

Rede Informática de Leitura Pública

LUÍS OLIVEIRA MACHAÇO

Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro

No âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, tem vindo a ser desenvolvido, desde 1987, um programa que visa a criação de uma rede de bibliotecas de leitura pública.

A criação da Base Nacional de Dados Bibliográficos — PORBASE —, a necessidade de integrar as bibliotecas municipais no sistema nacional de informação bibliográfica, o acesso rápido a fontes diversificadas de informação, no país e no estrangeiro, a necessidade de dotar as novas bibliotecas dos meios necessários à sua eficiência organizativa, tornou evidente equacionar a informatização da rede de bibliotecas de leitura pública.

Foi elaborado o projecto Rede Informática de Leitura Pública — RILP, apresentado e aprovado pela tutela, na sua última versão, em Junho de 1991, o qual enuncia um conjunto de linhas de força neste domínio — filosofia e arquitectura da rede, configurações informáticas, características base do equipamento e suportes lógicos, política de formação, planificação da informatização e fases de implementação e implicações orçamentais para a sua execução, etc. — assumindo-se como um referencial conceptual e metodológico para a informatização da rede de bibliotecas de leitura pública.

Em termos genéricos, procura-se dotar a rede de bibliotecas de leitura pública com mais um recurso com o qual se pretende o incremento da produtividade, eficácia e fiabilidade, libertando os recursos humanos disponíveis das tarefas que, no âmbito da gestão das bibliotecas, assumem um carácter demorado e repetitivo, permitindo-lhes uma maior interven-